

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo

Class.: _____

Data: 17.08.02

Pg.: _____

Antônio Carlos: Funai não vai expulsar fazendeiros

SALVADOR (O GLOBO) — O governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem, por telefone, a centenas de agricultores reunidos na sede da sua entidade, em Itabuna, que foram suspensos os 800 processos de anulação de títulos de terras em áreas que pertencem aos postos indígenas de Caramuru e Paraguassu, nos municípios de Itaju do Colônia e Pau Brasil.

Segundo o governador, os processos foram suspensos porque está havendo negociação direta "satisfatória" entre o Estado da Bahia e o Ministério do Interior, tendo em vista que a Funai insiste na permanência dos índios pataxó-han-han-hai, transferidos com ajuda da Polícia Federal para postos indígenas.

— Os índios que recentemente invadiram uma área da Fazenda São Lucas — de propriedade do posseiro Genner Pereira Rocha — disse Antonio Carlos — serão retirados para outra área, de 2,5 mil hectares, no município vizinho de Wenceslau Guimarães, no Sul da Bahia.

O governador terá amanhã uma reunião com a Comissão de Mobilização dos

Posseiros de Itaju e Pau Brasil para discutir detalhes das negociações que vem mantendo com o Ministro do Interior, Mário Andreazza.

A Funai determinou a recolocação dos pataxós em sua área de origem, no dia 28 de abril, mas a questão vem desde 1926, quando o Governo baiano editou uma lei reservando 50 léguas quadradas na região "para conservação das florestas e gozo dos índios". Na medição foram reservados 22 mil hectares para uma reserva indígena, cuja administração ficou com o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). As terras, no entanto, foram arrendadas pelo SPI até 1975 a mais de três mil fazendeiros.

Em 1958, vários arrendatários quiseram comprar as terras, mas o SPI negou-se a vendê-las, explicando que, cessado o motivo para montar uma reserva, as terras deveriam ser devolvidas ao Estado. A devolução nunca se completou mas, baseado nesta declaração, o Estado concedeu vários títulos de terras na região e estes títulos, na opinião do governador, são "absolutamente legais".